

AS CIDADES DA CIDADE
Lisboa na primeira metade do séc. XX:
nova Lisboa (1936) e Lisboa nova (1948)

A CITY MADE OF CITIES
Lisbon in the first half of the XX century:
new Lisbon (1936) and Lisbon new (1948)

v. 7, n. 10
jan/ago (2015)

ISSN 1982-0569

Paula André
Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL),
DINÂMIA'CET-IUL, Lisboa, Portugal
e-mail: paula.andre@iscte.pt

Resumo

A realidade urbana actual tem sido tema de investigação e reflexão em monografias e ensaios, plataformas e laboratórios, exposições e seminários, que a partir de uma caracterização do presente ambiente construído e trabalhando numa convergência dos saberes (arquitectura, urbanismo, geografia, economia, história, antropologia, filosofia, sociologia, arte, design...), procuram debater visões prospectivas das quais resulta um vasto reportório conceptual que constrói a história urbana. A partir desta perspectiva transdisciplinar este estudo tem por objectivo demonstrar que as teorias da *Science Sociale* de Le Play, associadas à Escola Francesa de Urbanismo estiveram presentes na ideologia e no pensamento político de Salazar, com consequências efectivas nas reformas urbanas feitas pelo seu governo, quer na morfologia do território do Plano da Costa do Sol (divulgado em 1936 como nova Lisboa) quer na morfologia e arquitectura do Plano do Bairro de Alvalade (divulgado em 1948 como Lisboa nova), que se apresentaram como novas cidades da cidade e que se constituem como história urbana de Lisboa.

Palavras-chave

História urbana; nova Lisboa; Lisboa nova

Abstract

The present urban reality has been the subject of research and thinking in monographs and essays, scientific platforms and laboratories, exhibitions and seminars that, from the characterization of the actual built environment and working with a convergence of knowledges (architecture, urban planning, geography, economics, history, anthropology, philosophy, sociology, art design...), seeks to debate the prospective visions of which results the vast repertoire of the urban history. Within this transdisciplinary perspective, this paper aims to demonstrate how Le Play's Science Social theories associated to the French School of Urbanism ideas were present in Salazar ideology and political thought, and had effective consequences in the urban improvements made by his government, either in the morphology of the territory of coastline around Lisbon, the Costa do Sol (Sunshine Coast) Plan (advertised in 1936 as the new Lisbon), either in the urban morphology and architecture of the Alvalade District Plan (advertised in 1948 as Lisbon new). The two plans (Costa do Sol and Alvalade) were presented as the new cities of which the city was made and that are the urban history of Lisbon.

Keywords

Urban History; new Lisbon; Lisbon new

A realidade urbana actual tem sido tema de investigação e reflexão em monografias e ensaios, plataformas e laboratórios, exposições e seminários, que a partir de uma caracterização do presente ambiente construído e trabalhando numa convergência dos saberes (arquitectura, urbanismo, geografia, economia, história, antropologia, filosofia, sociologia, arte, design...), procuram debater visões prospectivas das quais resulta um vasto reportório conceptual que constrói a história urbana.

O complexo processo do contemporâneo território urbano é o espelho das dinâmicas, das convergências, das contradições e dos discursos do mundo simultaneamente globalizado e localizado. A socióloga Saskia Sassen (1949-) no seu livro *Expulsions – Brutality and Complexity in the Global Economy* (2014) afirma que a mundialização entrou numa fase de “expulsão”, salientando a nova dinâmica sistémica, complexa e radical, referindo-se ao número crescente de pessoas, de empresas e de lugares físicos que foram “expulsos” da ordem económica e social. A autora chama também a atenção para o facto de os expulsos se reapropriarem do espaço público, referindo que os invisíveis da mundialização criam território, nomeando o movimento *Occupy* e seus derivados “indignados” como “globalização do protesto” (SASSEN, 2014). A exposição *Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities*, comissariada pelo arquitecto Pedro Gadanho (1968-), e realizada no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque assumiu-se como plataforma de expressão do urbanismo táctil em mega-cidades, ambicionando provocativamente lançar a discussão em torno dos modos como se podem estabelecer colaborações de conhecimento entre o local e o global e criar novas visões e soluções realistas ou alternativas (UNEVEN GROWTH, 2014-15). A Plataforma de Discussão sobre o Futuro das Cidades – *Arq.Futuro*, quando organizou o seminário *Cidades Performáticas: uma discussão sobre arte, arquitectura e espaço público*, que procurou debater o papel da cultura como elemento de transformação urbana, pretendeu afirmar “a cidade como o grande palco; a arquitectura como (re)invenção e a criatividade como elemento transformador das relações individuo/ambiente” (CIDADES PERFORMÁTICAS, 2014). Como reacção ao complexo tecido da globalização da realidade contemporânea, deseja-se uma cidade sustentável à escala do território. A arquitecta Ester Higuera, na sua obra *Urbanismo bioclimático*, apresenta propostas de metodologias eficazes para materializar os objectivos de



desenvolvimento sustentável, à escala urbana ou territorial (HIGUERAS, 2006). Segundo o arquitecto, economista e sociólogo Alfonso Vegara (1955-), é necessária uma recuperação ética na reconstrução das cidades. A. Vegara, em *Territorios Inteligentes*, apresenta ideias para um novo urbanismo, caldeando as inovações contemporâneas com os projectos, as ideias e os conceitos que permaneceram como referências na construção da cidade. Nessa obra, os *SmartLands* são apresentados como verdadeiros territórios sustentáveis, pela sua capacidade de conciliar de modo equilibrado a triologia urbana: estratégia económica, desenvolvimento social e qualidade médio-ambiental (VEGARA, 2004).

As terminologias urbanismo ecológico, design, resiliência, reciclagem, criatividade, sustentabilidade, e mundialização tornaram-se conceitos operativos dos novos territórios urbanos que constituem as cidades e motores instigantes para pensar e desenhar o futuro.

A conferência *Ecological Urbanism, alternative and sustainable cities of the future*, organizada pela Escola de pós-graduação em Design da Universidade de Havard, realizada em Cambridge (2009), tendo o design como plataforma da ecologia e do urbanismo e tendo como promessa uma nova ética e estética do urbano, sublinhou a necessidade de uma visão holística dos ecossistemas naturais e da paisagem urbana, só possível de realizar através de focos pluridisciplinares e de um novo modo de agir (MOSTAFAVI; DOHERTY, 2010). A designer Lia Kruchen, na sua obra *Design e Território: valorização de identidades e produtos locais* (2009), apresenta o design como um poderoso aliado para a valorização de identidades, territórios e produtos, através de casos de estudo realizados no Brasil, em Itália e em França. Lia Kruchen partindo do conceito francês de "terroir", promove a ligação entre o território, as pessoas e os produtos locais, entendendo-os como manifestações culturais (KRUCHEN, 2009). O permacultor Rob Hopkins iniciou e divulgou o conceito de cidade em transição (Hopkins, 2008), alertando para a necessidade da participação cívica das comunidades e estimulando a participação cívica da comunidade de Totnes para as questões relacionadas com a crise energética e a mudança climática. A sua *praxis* apoia-se em seis princípios (visão, inclusão, tomada de consciência, resiliência, envolvimento emocional e afectivo, criação de soluções críveis e adequadas), dos quais destacamos a resiliência, por se caracterizar pela capacidade de sobreviver a choques externos como

a escassez do petróleo ou crises de produção de alimentos. Essa capacidade deve ser estimulada através de uma reeducação da população, particularmente dos estudantes, através de iniciativas que fomentem a criação de jardins comunitários para plantação de alimentos. O filósofo inglês John Thackara em 2008 no seu projecto *City Eco Lab*, refere que a descoberta, o mapeamento e a documentação dos recursos naturais, culturais e humanos de um território são um elemento-chave na construção da resiliência (THACKARA, 2008). A partir da obra de John Hopkins *The Transition Handbook*, John Thackara desenvolve o design para a resiliência acrescentando-lhe a capacidade de rejuvenescer e avançando para a escala da cidade. O historiador de arquitectura André Corboz (1928-2012) apresenta a sua teoria dos três P's (Produto, Processo e Projecto) aplicada ao território como operativa para o entendimento do que designa de cidade território e de território como palimpsesto (CORBOZ, 1983). O economista Richard Florida (1957-) associou o desenvolvimento das classes criativas, com a identificação dos três T's (Tecnologia, Talento e Tolerância), assumindo-os como factores cruciais para alcançar o *ranking* das mega regiões (FLORIDA, 2003). O arquitecto e urbanista Maurizio Carta (1967-) baseia a matriz da cidade criativa na teoria dos três C's (Cultura, Comunicação e Cooperação) e na articulação entre os agentes e os espaços das actividades criativas (CARTA, 2007). O antropólogo Marc Augé (1935-), partindo do conceito de *não lugar* teorizado por Michel de Certeau (1925-1986), na obra *L'Invention du quotidien* (1990), apresenta o contexto de uma sobremodernidade ou como refere um excesso de modernidade, no qual a sociedade é estruturada em torno da velocidade e do consumo, assumindo os *não lugares* como espaços de passagem sem identidade (AUGÉ, 1992).

Consideramos que é necessário ler a emergência da nova geografia da cidade, analisar as novas "geografias das margens" (CAMPOS, 2004: 43), conhecer o organismo cidade e assumir a cidade como produtora de conhecimento. É necessário entender como pensam as cidades (GLAESER, 2011). Os territórios urbanos contemporâneos são complexos e contraditórios. Segundo o urbanista e sociólogo François Ascher (1946-2009), desde os anos setenta do século XX que o conceito de complexidade condiciona o *modus operandi* na cidade, porque a realidade não é una, e a sua unidade advém precisamente da complexidade, daí a contradição (ASCHER, 2004).

A consciência da mudança de paradigma foi salientada pela historiadora Françoise Choay (1925-) ao considerar que a cidade se converteu na palavra-chave da tribo política, uma palavra para toda a tribo mediática, a palavra coarctada dos clãs urbanistas, dos urbanizadores, dos arquitectos, dos administradores, dos sociólogos, que a examinam e/ou pretendem dar-lhe forma. F. Choay questiona se urbanização será sinónimo de produção de cidade (CHOAY, 1994), e retomando a análise do filósofo e sociólogo Henri Lefebvre (1901-1991) ¹ alerta que era necessário estarmos conscientes da passagem da cidade ao “régne de l’urbain” através de um processo de investimento nas novas infra-estruturas e sistemas de comunicação (CHOAY, 1980: 12).

Devemos estar cientes que na contemporaneidade os territórios urbanos incluem necessariamente as periferias, porque elas são paisagem identitária. Interrogamo-nos sobre o que o arquitecto Julio Arroyo chamou de cidade cindida, sobre a

existência de uma cidade central, historicamente sedimentada, com maior grau de estruturação, com graus de centralidade (centros regionais, centros urbanos, centros de bairro) que é reconhecida como a cidade oficial, a que estabelece a referência tácita a respeito da qual se medem as diferenças em relação às outras cidades, a do subúrbio residencial, a marginal e pobre, a cidade tomada pelos bairros fechados, a cidade deslocada dos enclaves comerciais de dispersão, a do espraiamento das periferias de crescimento extensivo, a dos corredores viários aos que se acrescentam usos variados outrora próprios da cidade central - conjuntos habitacionais, centros comerciais, parques temáticos (Arroyo, 2007).

A periferia não é mais um espaço sem urbanidade, ela é já cidade. A periferia entendida como um espaço de novas oportunidades levou o arquitecto Manuel de Sòla-Morales (1939-) a designá-la de periferia “esplêndida” valorizando o seu carácter identitário (SOLÀ-MORALES, 1997: 23). Entendemos que devemos estar aptos a perceber e a receber a lição da periferia, da parte difusa, designada pelo arquitecto e urbanista Nuno Portas (1934-) como “a cidade explodida” nascida sem “código genético identificável” que integra a realidade da cidade. A rede das acessibilidades tornou-se no fundamento da morfologia da híper-expansão do território, e deu origem ao que Nuno Portas chama “desenho de chão” (infra-estruturas). Nuno Portas alerta

¹ LEFEBVRE, Henri – **La revolución urbana**. Madrid: Alianza, 1972.p.34.



aliás para a necessidade de uma “nova visão de rede e reequilíbrio das potencialidades do conjunto” (PORTAS, et al. 2003: 17, 20), e o urbanista Alberto Clementi (1945-) sublinha que a noção de periferia “cobre uma realidade profundamente heterogénea” (CLEMENTI, 1990). Segundo o geógrafo Giuseppe Dematteis (1935-), na encruzilhada da territorialidade urbana contemporânea, a centralidade não está no centro, mas sim na participação das redes (DEMATTEIS, 1995). Mas sabemos que a persistência mental dos conceitos é inevitável, tal como bem expressou o arquitecto Francisco de Gracia Soria em relação ao conceito de centro evidenciando que “a imagem da cidade contrasta com a dinâmica expansiva real das cidades, pela qual esta imagem se circunscreve à parte mais importante, representativa e permanente”, por isso o centro expressa-se “como a perpetuação da forma da cidade através da sua imagem” (GRACIA, 1992: 57).

A partir de uma perspectiva de morfologia territorial e com lúcido e assertivo olhar radiográfico, Nuno Portas salienta que o planeamento actual se apresenta “como um sistema de formas de intervenção – estratégias, planos e projectos com alcance estratégico – no qual não há precedências preestabelecidas como únicos procedimentos correctos, com a condição de que estas distintas formas de intervenção sejam interactivas” e que designa de “regulação variável por layers” por oposição à tradição urbanística do plano homogéneo (PORTAS, 2004: 225). O que nos leva a propor a actualização do conceito *genius loci* lançado pelo arquitecto Christian Norberg Schulz (1926-2000) e a consequente passagem da experiência do lugar à experiência do território, através da criação do conceito *genius territorium*.

Partindo desta extensa e densa base conceptual da cultura urbana contemporânea, onde são apresentados e colocados em confronto conceitos como global, local, complexidade, centro, periferia, redes, cujas fronteiras por vezes são ténues, mas reveladores da realidade plural das cidades, pretendemos explorar as designações de “nova Lisboa” e de “Lisboa nova”, utilizadas para anunciar a criação de novas cidades dentro da cidade de Lisboa.

Lisboa na primeira metade do séc. XX: a nova Lisboa (1936) e a Lisboa nova (1948).



Assumindo que “a forma da cidade é a cartografia da sua história” (TERÁN, 2009:5), apresentamos dois Planos Urbanos que consideramos paradigmáticos da importância da criação de uma terminologia associada ao desenho de uma parte do território e da cidade, isto é, associada à “historicidade dos conceitos” (TORRÃO, 2015). Os planos vulgarmente designados de *Plano da Costa do Sol*, amplamente divulgado como uma “nova Lisboa” (1936), e de *Plano de Alvalade*, largamente publicitado como uma “Lisboa nova” (1948), permitem-nos caracterizar as “representações da cidade” (RONCAYOLO, 1990). Tal como refere Amílcar Torrão, “a cidade é campo de acção de um poder” e recordando o historiador Fernand Braudel (1902-1985)² destaca ainda que “todo o poder se exerce num espaço” (TORRÃO, 2015). A cidade de Lisboa é o palco no qual se desenrola a acção concertada de diferentes actores, evidenciando um *modus operandis* no território, sintetizando e caldeando tradições e tendências, e revelador de uma “circularidade cultural” (GINZBURG, 1976), a partir da qual pretendemos aferir a historicidade das designações “Lisboa nova” e “nova Lisboa”, aferindo igualmente a sua “definição como lugar da História” (TORRÃO, 2015).

As teorias da *Science Sociale* de Frédéric Le Play (1806-1882), associadas à Escola Francesa de Urbanismo estiveram presentes na ideologia e no pensamento político do Chefe do Estado Novo, António de Oliveira Salazar (1889-1970), revelando-se na articulação que Salazar fazia entre a família, a habitação e a propriedade privada, e que terá consequências na morfologia do território da Costa do Sol (nova Lisboa) e na morfologia e arquitectura do Bairro de Alvalade (Lisboa nova), e que constroem uma história urbana de Lisboa na primeira metade do séc. XX.

Oliveira Salazar era um simpatizante da teoria da *Science Sociale* de Frédéric Le Play que tinha seguido nas lições do Seminário de Viseu, tendo posteriormente lido alguns trabalhos deste autor, nomeadamente os resultados dos seus inquéritos sobre a Inglaterra (DESCAMPS, 1935:XI, XII). Em 1909, no Liceu de Viseu, por ocasião do aniversário da Restauração de 1640, Oliveira Salazar profere uma conferência sobre a Ciência Social, e em 1911, quando ingressa no curso de Direito da Universidade de Coimbra, terá acesso, na Biblioteca da Universidade às obras de Edmond Desmoulins e

² BRAUDEL, Fernand – *Civilisation matérielle, économique et capitalisme. XVe-XVIIIe siècle. V. 1. Les structures du quotidien: le possible et l'impossible.* Paris: Armand Colin, 1979.



de Frédéric Le Play. Mais tarde, Oliveira Salazar viria a ser assistente do Professor José Ferreira Marnôco e Sousa (1869-1916), introdutor no ensino português das teorias da Ciência Social de Frédéric Le Play. Segundo Frederico Ágoas, Le Play

aproveitaria as suas funções de especialista metalúrgico para praticar a observação positiva dos factos sociais e para entrar em contacto directo com as populações operárias de diversos países europeus, com objectivos reformistas declarados, procurando nomeadamente pôr cobro ao radicalismo operário emergente (ÁGOAS, 2013: 225).

Frédéric Le Play engenheiro de minas, fundador da *École des Voyages*³ e da revista *La Réforme Social*, defendia a necessidade de uma reforma social privilegiando a intervenção do grupo familiar, considerando a família como molécula primordial das sociedades afirmando que tudo o que é contra a família é contra a Pátria e vice-versa. Le Play advogava ainda que o clima era predominante na formação familiar, económica e política⁴ e teria como principais discípulos Léon Poinard (1857-1917) e Paul Descamps (1843-1946), que se dedicaram a estudos sobre Portugal. Para estes autores, a identidade familiar e a identidade colectiva reforçam-se através da habitação uma vez que “a casa, enquanto forma de habitar, é também translação do conceito histórico, político de pátria (...) na casa vive a tradição da nação” (DAL CO, 1982:40). Apesar da fraca industrialização de Portugal, mas tendo em conta o contexto de crise económica e as reivindicações do partido republicano, em 1909 Léon Poinard foi convidado e patrocinado por D. Manuel II para visitar Portugal. Léon Poinard irá percorrer o território nacional com o objectivo de redigir um detalhado relatório sobre o perfil do país que viria a ser publicado sob o título *Le Portugal Inconnu*, e que se revela uma “autêntica carta económico-social da nação onde se passava em revista o estado geral da agricultura, indústria e comércio, da vida pública e da vida familiar” (ÁGOAS, 2013:226). Em 1930, a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra convidou Paul Descamps a fazer um curso na área da *Science Sociale*. O convite tinha partido do Dr. Teixeira de Abreu. Depois de algumas negociações oficiais, Oliveira Salazar então ministro das finanças, disponibilizou a verba necessária para a realização

³ Para Le Play as viagens metódicas seriam o principal meio de obter informações sistemáticas que orientassem o intento maior da reforma social (BOTELHO, 2002:522).

⁴ De acordo com Le Play as diferenças entre as raças humanas guardam relação directa com os lugares habitados e com o clima (BOTELHO, 2002:527).



do referido curso e para que Paul Descamps elaborasse um estudo sobre a situação social em Portugal. Fernando Medeiros chama a atenção que “foi a primeira vez que a sociologia se encontrou envolvida tão de perto com os assuntos políticos portugueses” nesse “pedido emanado do novo regime preocupado em elaborar certos projectos políticos através de estudos prévios” (MEDEIROS, 1987:99). Ainda segundo este autor, Paul Descamps nas suas monografias sobre Portugal ilustrou

as condições de vida miseráveis de uma grande parte das camadas de pequenos camponeses, onde se encontravam as mais fortes taxas de mortalidade infantil e de analfabetismo. Camadas que continuavam a sofrer a omnipresença influente do clero que, apesar da abolição legal da dízima havia já um século, continuava a cobrar os impostos do culto e a ditar a lei nos campos do centro e Norte do país (MEDEIROS, 1976:300).

Salazar esperaria que Paul Descamps “formasse pesquisadores que viriam reforçar o pequeno núcleo de sociólogos já em exercício, como José Machado Fontes, e que apresentasse um diagnóstico da sociedade portuguesa em plena transformação”⁵. É o próprio Paul Descamps a referir na introdução da sua obra *Le Portugal. La vie sociale actuelle* de 1935, que para

avaliar a força de um país, não era suficiente contar com todas as mercadorias produzidas (...) era também necessário avaliar a energia moral do povo, a força dos laços de solidariedade que unissem os homens e cimentassem a sociedade. Os dirigentes sempre tiveram necessidade de saber, qual o estado real do país, isto é, dos homens (DESCAMPS, 1935:XII).

Concordamos por isso com a socióloga Karin Wall ao destacar que “a orientação geral de Descamps, incidindo sobre os elementos de estabilidade e de solidariedade das sociedades e das famílias, estava em consonância com a ideologia do Estado Novo, que via na família a célula base e a guardiã moral da sociedade” (WALL, 1993:1000), e será esta ideologia que presidirá ao futuro Plano da Costa do Sol (nova Lisboa à escala

⁵ Paul Descamps ensinará durante três anos em Portugal, durante os quais escreve : *La Sociologie Experimentale* (1933); *Le Portugal. La vie sociale actuelle* (1935); *L'Histoire Sociale du Portugal* terminada em 1939 e publicada já depois da sua morte (KALAORA, 1995 :262).

do Território) e muito particularmente ao futuro Plano de Alvalade (Lisboa nova à escala do Bairro).

A influência de Frédéric Le Play far-se-á também sentir na legislação urbanística portuguesa que estará na base das reformas urbanas levadas a cabo pelo ministro das Obras Públicas engenheiro Duarte Pacheco (1900-1943) na década de 30. Segundo a arquitecta e urbanista Viviane Claude, “a reforma urbana francesa é fortemente marcada pelas posições e actividades de Frédéric Le Play, pela sua *École de Voyages* e pela sua revista *La Réforme sociale*” (...) onde a partir dos anos 1905-07 “podemos ver a questão do arranjo urbano colocada no programa de estudos dos leplayanos” (CLAUDE, 2006:58). A partir de 1908 a *Section d’hygiène urbaine et rurale*⁶ do *Musée Social*, tem como principal ambição instalar uma nova ordem urbana, e fará adoptar no Parlamento uma nova legislação sobre os planos das cidades. Em França a Loi Cornudet (decreto – lei nº 24 802 de 21 Dezembro de 1919), preparada no âmbito da *Section d’Hygiène Urbaine Rurale* obrigava as cidades com mais de 10.000 habitantes a elaborar Planos de ordenamento, extensão e embelezamento, com o triplo objectivo de “funcionalismo, higiene e estética” (CAMARINHAS, 2009: 102). A racionalização do espaço urbano, composto por um centro urbano onde se concentram as principais actividades administrativas e comerciais e de onde irradia um sistema viário, será posta em prática através do *zoning*.

O arquitecto-urbanista Alfred Agache (1875-1959) será um dos representantes do designado Urbanismo Formal, Urbanismo Científico ou Urbanismo Francês, que teve início a partir do *Musée Social* e se institucionalizou com a *Société Française des Urbanistes - SFU*. Em 1912, Alfred Agache, no seio do *Collège Libre des Sciences Sociales*, elabora uma “história da cidade” associando a observação e o método histórico comparativo, denotando a influência do seu amigo biólogo-urbanista Patrick Geddes (1854-1932), ao inaugurar em 1915 o seu *cours d’urbanisme* estabelece a distinção entre *civitas* e *urbe*, e instiga à pesquisa e à análise das formas primitivas da cidade,

⁶ Em 1908 no seio do *Musée Social* é criada a *Section d’Hygiène Urbaine Rurale* (presidida por Jules Siegfried, promotor da primeira lei sobre as *Habitations à Bon Marché* em 1894) que rapidamente se focará na legislação de urbanismo próxima da legislação da Suécia e da Grã-Bretanha, e em 1911 alguns dos seus membros vão criar a *Société Française Urbanistes - SFU*. Foi no seio desta secção que foram preparadas as leis de 1919 sobre a extensão das cidades e as leis de 1924 sobre a habitação social antes de serem submetidas a aprovação no Parlamento (CLAUDE, 2006:58,59).



de modo a apreender as ligações entre a morfologia urbana e a morfologia social (BRUANT, 1994:110,111). Alfred Agache introduz uma nova metodologia multidisciplinar materializada e efectivada através de levantamentos de aerofotos, projecções matemáticas, utilização de dados estatísticos, pesquisa, colecta, análise, aplicação de parâmetros socioeconómicos, traduzidos em ilustrações, gráficos e tabelas, concebendo a cidade como um organismo vivo, da qual é necessário prever a sua expansão. Neste contexto e amplo âmbito disciplinar, por um lado uma das questões centrais é a construção de novas habitações, associada a uma melhoria das condições de higiene e de salubridade; por outro lado, a questão da distribuição espacial, procurando uma funcionalidade específica (industrial, comercial e habitacional).

Em 1933 na sequência da acção de Alfred Agache no Rio de Janeiro, particularmente com o *Plano para a Cidade do Rio de Janeiro* elaborado entre 1928 e 1930, o ministro das Obras Públicas engenheiro Duarte Pacheco convidaria Alfred Agache para a elaboração do *Plano de Extensão da Região Oeste de Lisboa, ao longo da marginal até Cascais*, que teria repercussões na expansão de Lisboa da qual ainda hoje somos herdeiros. O ministro numa entrevista onde anuncia que “todos os desempregados vão ter trabalho dentro de pouco tempo” referia que tinha mandado “vir a Lisboa, o grande urbanista francês Agache, para o encarregar de elaborar um plano de urbanização desde o Terreiro do Paço até Cascais” considerando que se tratava de uma obra “grandiosa” e que contava ser rapidamente iniciada (UM PLANO, 1933). A obra de Alfred Agache sobre planeamento urbano, *La Remodélacion d’une capitale* (1932), tendo como base o seu plano para o Rio de Janeiro, revela-se um precioso manual de planeamento urbano, não deixando de ser significativo que essa obra integre o espólio do ministro Duarte Pacheco.

O reconhecimento da importância do trabalho de Alfred Agache no Rio de Janeiro surge também expresso numa notícia publicada no *Diário de Lisboa* em que este é apresentado como o famoso criador da moderna Rio de Janeiro, o mestre insigne de urbanistas que, em Setembro de 1932, nas reuniões promovidas pela revista *L’Architecture d’Aujourd’hui* e efectuadas nas principais cidades da União Soviética, demonstrou o seu notável senso de grande urbanismo, entre um escol internacional de arquitectos especializados na arte de construir cidades belas e salubres (MODERNIZEMOS, 1933:5). O articulista referia-se às *I Réunions Internationales*

99





CIEC



UNICAMP

d'Architectes (RIA) fundadas pelo arquitecto Pierre Vago (1910-2002) redactor-chefe da revista *L'Architecture d'Aujourd'hui*, que decorreram em Setembro em Moscovo (Rússia), Charkov (Ucrânia) e Varsóvia (Polónia), subordinadas aos temas "Formalismo e Racionalismo na Arquitectura Contemporânea" e "Arranjo e Reconstrução das Cidades Antigas". No artigo é referido que Agache veio a Lisboa, a convite do Ministério das Obras Públicas, a fim de dar o seu parecer sobre as condições para a construção de uma «auto-estrada» entre Lisboa e Cascais. O articulista solicitava a Agache que "revelasse um pouco do seu parecer acerca das possibilidades de construir uma grande via de automobilismo" dando eco da "querença turística de alguns portugueses amigos da maior valorização lisbonense" (MODERNIZEMOS, 1933:5) e referia que o arquitecto Pardal Monteiro (1897-1957) lhe "vinha fazendo dedicada companhia em Lisboa" (MODERNIZEMOS, 1933:5). Na entrevista Agache refere que passava por Lisboa nas suas idas ao Brasil, aproveitando para visitar a capital. Desta vez demorava-se um pouco mais com o fim de "examinar a parte que existe entre Lisboa e Cascais" (MODERNIZEMOS, 1933:5). Tendo percorrido a região, considerava que "era difícil encarar o caso da extensão, pura e simplesmente sem considerar o trecho da cidade em que ela principia" e que era "mesmo na ligação da linda cidade-satélite com a capital" que residiam "os principais factores da obra a planear e a harmonizar" (MODERNIZEMOS, 1933:5). Alfred Agache no relatório preliminar do seu *Plano de Expansão da Região Oeste de Lisboa*, ao longo da marginal até Cascais (1934-36), fruto do estudo de quatro meses no local, propõe soluções para uma "extensão racional" de Lisboa, prevendo uma distribuição por zonas, referindo que "a questão dos terrenos, dos espaços livres, dos espaços reservados ao desporto, de jardinagem e florestação fazem igualmente parte do *zoning*" (AGACHE, 1936b). Em 1934 para o *Plano Geral de Urbanização* é determinado o levantamento topográfico de uma área de 10.000 hectares entre Algés e Cascais, sendo demarcadas as estradas que viriam a ser construídas.

Em 1936, numa entrevista publicada no *Diário de Lisboa*, Agache anuncia que está nas suas mãos o futuro de Lisboa, "uma nova Lisboa, voltada ao rio, enamorada do mar, como nós todos a sonhamos e que Salazar vai converter, não tarda, numa maravilhosa realidade" (A CIDADE, 1936), e refere: "A vossa cidade, ao contrário desse sentido misterioso que leva todas as aglomerações humanas a crescer para o oriente,



tem procurado outros caminhos...” e sendo questionado se seriam maus caminhos, acrescenta:

E isso é tanto mais ilógico e estranho, quando para ocidente existe essa maravilhosa cinta marítima que é o Tejo. Perguntei a mim próprio a razão desse facto. Confesso, no princípio não vi claro. Por fim compreendi. Entre Lisboa e a Costa do Sol, esse ocidente maravilhoso de luz e de água, qualquer coisa impedia o seu crescimento. O vale de Alcântara, essa fractura de planos, que é preciso eliminar (MODERNIZEMOS a Capital, 1933).

Agache apresenta em linhas gerais a cidade futura, que vinha estudando, referindo que tinha apresentado o ante-projecto e que tinha o «agrément» do governo salvo pequenos pormenores. E informava que voltaria a Lisboa “para assentar o projecto em definitivo” (A CIDADE, 1936). O objectivo era estabelecer o plano de aproveitamento para a urbanização e a exploração turística da vasta área de terrenos disponibilizados pela construção da estrada marginal entre Lisboa e Cascais. Em 1935 Alfred Agache apresenta este Plano no *II Congrès d’Urbanisme et d’Habitation* realizado em Bensaçon, e no seu artigo *L’aménagement de la Costa do Sol (Portugal)*, publicado na revista *Urbanisme* começando por elogiar a acção de Salazar, salienta as finanças estáveis e o desenvolvimento económico e social do país, referindo que um facto que surpreende um estrangeiro quando chega à capital portuguesa, é a falta de jardins, de praças, de espaços vazios. E se o mesmo estrangeiro tomar a Costa do Sol para chegar ao Estoril, ou mesmo se dirigir a Sintra, fica surpreendido de ver todas as colinas e a paisagem em geral desprovidas de árvores. Agache não deixa ainda de fazer referência ao facto de Duarte Pacheco ter entendido a sua chamada de atenção para a necessidade de empreender um estudo do problema numa perspectiva mais vasta (AGACHE, 1936a:147), chegando mesmo a incentivá-lo para tal. Consideramos por isso que de alguma forma é aqui que se definem as linhas estruturadoras do futuro *Plano Geral de Urbanização de Lisboa*.

Neste contexto, Agache irá sugerir a entrada para a equipa de trabalho de Étienne De Groer, seu colaborador no Plano do Rio de Janeiro. Duarte Pacheco convida o arquitecto-urbanista Étienne De Groer (1882-1952) para a realização do *Plano de Urbanização e Expansão de Lisboa*, que segundo o ministro era o mais importante de

todos os problemas citadinos. As propostas e estudos de Étienne De Groer debruçaram-se sobre questões da expansão de Lisboa, o seu ordenamento urbano, o zonamento de funções urbanas e de classes de habitação, prefigurando algumas propostas da Carta de Atenas. Estas propostas vão ter particular incidência na promoção, na localização e na arquitectura da habitação social construída em Lisboa nesse período. Étienne De Groer seria contratado pela Câmara Municipal de Lisboa como urbanista-conselheiro técnico no período de 1938-40 e novamente no período de 1946-48, para a realização do Plano Director de Urbanização de Lisboa e da respectiva legislação urbanística⁷. Caberia a Étienne De Groer a

elaboração do plano compreendendo a determinação das suas zonas verificar, ratificar ou modificar as partes do plano já executado tendo sempre em atenção o máximo aproveitamento dos trabalhos efectuados, sem prejuízo da perfeita e completa execução da obra⁸.

De acordo com o contrato, caberia a Étienne De Groer indicar à Câmara a ordem pela qual seriam necessárias plantas actualizadas das diversas zonas da cidade na “escala de 1:5.000 ou nas escalas de execução dos pormenores do plano com a antecedência necessária para a actualização metódica das plantas existentes”⁹. No tocante aos elementos estatísticos necessários à execução do plano, o contrato estabelecia que Etienne De Groer os deveria “concretamente solicitar à Câmara”¹⁰. Para este plano De Groer contaria com a colaboração do arquitecto-urbanista William Palanchon (1902-1959), com quem já tinha trabalhado no Plano do Rio de Janeiro e do arquitecto-urbanista João Guilherme Faria da Costa (1906-1971). Étienne De Groer considerava que “o zonamento era a base do urbanismo” (DE GROER, 1948, II:7) e em

⁷ A 26 de Março de 1947 foi assinado o contrato para a elaboração do Plano Director de Urbanização da Cidade de Lisboa e da respectiva legislação urbanística e para consultor-técnico urbanista com o arquitecto urbanista Étienne De Groer. (Arquivo Municipal do Arco do Cego, Lisboa).

⁸ O plano geral de urbanização da cidade de Lisboa deverá ser feito à escala de 1:5000 e os diversos esquemas – a escalas mais pequenas; a planta da distribuição das zonas também será feita à escala de 1:5.000. Os pormenores do plano serão escolhidos pelo urbanista e deverão ser feitos à escala de 1:2.500 ou de 1:1.000, segundo as necessidades, Contrato para a elaboração do Plano Director de Urbanização da Cidade de Lisboa e da respectiva legislação urbanística e para consultor-técnico urbanista com o arquitecto urbanista Étienne De Groer, 26 de Março de 1947 (Arquivo Municipal do Arco do Cego, Lisboa).

⁹ Contrato para a elaboração do Plano Director de Urbanização da Cidade de Lisboa e da respectiva legislação urbanística e para consultor-técnico urbanista com o arquitecto urbanista Étienne De Groer, 26 de Março de 1947 (Arquivo Municipal do Arco do Cego, Lisboa).

¹⁰ Contrato para a elaboração do Plano Director de Urbanização da Cidade de Lisboa e da respectiva legislação urbanística e para consultor-técnico urbanista com o arquitecto urbanista Étienne De Groer, 26 de Março de 1947 (Arquivo Municipal do Arco do Cego, Lisboa).



1938, no *Plano Director Municipal*, refere que o objectivo do zonamento era “proteger a propriedade e refrear ao mesmo tempo a especulação predial”, concluindo que a “instituição do zonamento moderno tem a maior urgência, para que se possa acabar com esta desorganização urbana” (DE GROER, 1948, I:66). Segundo De Groer a incitação de cobrir cada terreno ao máximo, produzia “lotes estreitos, plantas muito compridas no sentido perpendicular à rua, com um grande nº de divisões interiores que não são iluminadas, directamente” (DE GROER, 1948, I:60). Deste modo acentuava a relação directa entre morfologia urbana e morfologia habitacional, sendo muito crítico ao referir que “que sempre se cuida mais da composição duma fachada vistosa, do que dum sério estudo da planta” (DE GROER, 1948, I:61). Para Étienne De Groer, a especulação predial era a “terrível praga das cidades” (DE GROER, 1948, II:10). Aconselhava a produção de uma legislação que servisse de apoio ao Plano de Urbanização, e a adopção dos métodos aplicados na “Inglaterra e na Suécia, onde os terrenos municipais nunca se vendem, mas somente se alugam por um longo prazo e por preços de arrendamento baixos” (DE GROER, 1948, II:55), e segundo um “programa de realizações sucessivas” dando como exemplo o que se estava a fazer no “Sítio de Alvalade” (DE GROER, 1948, II:56).

De iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, o *Plano de Urbanização da zona a sul da Av. Alferes Malheiro*, vulgo Bairro de Alvalade, foi desenhado em 1944 pelo arquitecto-urbanista João Guilherme Faria da Costa¹¹, com execução das obras assumida pelo Estado e por empreiteiros particulares, dirigidos e fiscalizados pelos Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Lisboa. Integrado na política de expropriações do ministro das Obras Públicas e Presidente do Município engenheiro Duarte Pacheco e inserido no *Plano Director de Lisboa* (1938-48), foi concebido com uma área de 230 hectares (habitação, equipamentos e indústria não poluente), para 45 000 habitantes (habitações de renda económica, renda limitada e renda livre) e composto por 8 células (organizadas em redor de uma escola primária).

¹¹ Em 1933 por iniciativa de Duarte Pacheco é lançado o concurso para obtenção de bolsa de estudo no Institut d'Urbanisme de Paris, ao qual Faria da Costa concorre e sai vencedor, tendo-lhe sido atribuída a bolsa, vindo a obter o diploma em Junho de 1937, regressando a Portugal e ingressando nos quadros da Câmara Municipal de Lisboa em Janeiro de 1938 como arquitecto-urbanista de 1ª classe, processo individual Faria da Costa, proc. Nº 1657, f.9, PT/AMLSB/CMLSB/GRHU/01/08310.

A Câmara Municipal de Lisboa, fazendo em 1947 um balanço desde 1938, data em se iniciou o estudo sistemático do *Plano de Urbanização e Expansão da Cidade de Lisboa*, embora assumindo que o referido plano ainda não estava terminado, considerava que talvez isso fosse benéfico tendo em conta “o conhecimento da evolução que os conhecimentos fundamentais da ciência de urbanização têm sofrido em consequência dos aturados estudos levados a efeito, ainda durante a guerra, em muitos dos sacrificados países da Europa” (ANAIS,1947:112,113). Considerava que um plano de urbanização estudado em pormenor, para toda a área de Lisboa, à escala 1:1.000, e que se tivesse sido terminado por volta de 1942 ou 1943, provavelmente teria sido “abandonado ou sofrer completa revisão logo em 1945 ou 1946” (ANAIS,1947:112,113). Esse entendimento provinha da experiência do “primeiro estudo da grande zona a sul da Avenida Alferes Malheiro”, que concluído em finais de 1942, “logo em fins de 1944”, face à crescente gravidade do problema da habitação da Cidade e à consequente necessidade do realojamento dos moradores dos prédios a demolir, conjugada com o novo conceito da organização da Cidade baseado na «unidade de vizinhança», levaram à inutilização do estudo primitivo que foi imediatamente posto de lado e substituído por outro, elaborado também pelo mesmo urbanista (ANAIS,1947:112,113). Resultou no “magnífico plano parcial de urbanização da zona a sul da Av. Alferes Malheiro”, já em adiantada fase de execução, e que promete vir a tornar-se, em breve, uma das principais realizações do Município (ANAIS,1947:112,113). Para além deste exemplo, acontece o mesmo em “outros locais de Lisboa, estudados logo de início em pormenor. Desse “ensinamento (...) surgiu a ideia de se definir uma orientação”, considerada muito mais acertada e que estava a ser seguida, de elaborar

um simples *Plano Director de Urbanização*, que estabeleça as grandes linhas gerais do desenvolvimento da Cidade e as regras e regulamentos a observar na execução de planos que irão sendo estudados e executados na medida das necessidades (ANAIS, 1948).

Assim que fosse apreciado e aprovado o *Plano Director* encomendado a Étienne de Groer, o Município de Lisboa estaria “então em condições de mandar elaborar, com segurança, todos os planos parciais de urbanização” que necessitasse, “quer para assegurar as extensões da Cidade, quer para promover as remodelações profundas que

uma importante parte da urbe exige imperiosamente por motivos de circulação, de salubridade, de congestionamento de população, de adequada localização das actividades industriais, comerciais e dos serviços públicos". Na realidade, o município considerava que com a execução dos planos parciais de urbanização iam sendo "resolvidos dois problemas emergentes: o da habitação e o da circulação e, correlativamente, os de ordem higiénica". Contudo razões de ordem económica e de falta de técnicos adequados a esse género de trabalhos "levaram a que a execução prática desses planos não atingissem elevado nível", optando o município pela "execução de projectos por ajuste particular, que permitiu dar continuação ao pormenor dos planos de urbanização". No que diz respeito ao *Plano de Urbanização do Sítio de Alvalade*, foi promovida "a elaboração da divisão em lotes da zona artesanal e a imediata venda dos mesmos para que fosse dado início às construções respectivas, como sejam, garagens e pequenas oficinas, indispensáveis ao bom funcionamento do Bairro e ligadas à actividade doméstica". Em 5 de Setembro de 1944 era aprovado o Decreto-Lei nº 33.921 que criava os *Planos Parciais de Urbanização*, apresentados pelas Câmaras Municipais ao Governo enquanto não fossem aprovados os *Planos Gerais de Urbanização*. Na sequência deste novo quadro jurídico, em sessão camarária de 16 de Agosto 1945, foi apresentado o *Plano parcial de urbanização da zona a sul da Av. Alferes Malheiro* considerado "o plano de uma pequena cidade" (QUELQUES, 1948:11) de "interessantes características em que os mais modernos preceitos técnicos foram atendidos e cuidados" (ACTAS, 1946:13-15). Mereceram particulares elogios o engenheiro militar Eduardo de Arantes de Oliveira (1907-1982), que integrou a equipa que viajou pela Europa recolhendo elementos em matéria de urbanização, e o arquitecto urbanista Faria da Costa pela sua "competência e dedicação ao serviço municipal"¹², principais intervenientes na construção dessa "nova cidade" (ACTAS, 1948:22). Logo em 1945, a Câmara Municipal de Lisboa organiza uma exposição do *Plano de Urbanização da zona a sul da Av. Alferes Malheiro*, exibindo todas as séries e tipos das plantas das Casas de renda económica da autoria do arquitecto Miguel Simões Jacobetty Rosa (1901-1970), inaugurada em Julho, no átrio dos Paços do Concelho.

¹² Propondo-se que a Câmara aprove o "Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro, constante da planta nº- da Repartição de Urbanização e Expropriação e que autorize a Presidência a submetê-lo à aprovação do Governo, nos termos do § 4º do art. 10º do decreto-lei nº 33.921 de 5 de Setembro de 1944 (ACTAS, 1946:13-15).

Em 1948 a inauguração do Bairro de Alvalade era notícia de um jornal diário sob o título “Lisboa Nova” (O SÉCULO ILUSTRADO, 1948), salientando o contraste com a cidade velha (O SÉCULO, 1948), e ainda destacando que no “local onde era campo coberto de hortas e pomares, ali à beira da cidade velha, que lhe gastava as hortaliças e as frutas”, nascia a Lisboa nova. O espaço rural, as quintarolas desapareceram para sempre, ficaram mais longe” empurrando e criando novas periferias “para os lados de Sacavém e Moscavide”, salientando com orgulho que “o campo foi rasgado sob o desenho de arquitectos que vivem a cidade de hoje, artista urbanistas que criaram a golpes de audácia e de talento, a cidade de amanhã” (O SÉCULO, 1948). Essa Lisboa nova era anunciada como “uma pequena cidade portuguesa” riscada e projectada pelos engenheiros e arquitectos da Câmara Municipal de Lisboa que honram a ciência e arte do País, com inauguração marcada pelas 17h do dia 23 de Setembro de 1948, considerada a “primeira experiência de urbanização de grande escala da Câmara Municipal de Lisboa, no sítio de Alvalade – que assim se denominava o novo subúrbio” (O GRANDE PLANO, 1948).

Considerações finais

Tomámos de empréstimo a assunção de espaço transitório do escritor Helder Macedo (1935-) quando refere que “para viver no presente convém entender o passado. E não há como a [história urbana] literatura para nos ajudar a preencher o espaço transitório entre o que foi e o que está a ser” (MACEDO, 2012).

Embora na contemporaneidade estejamos a viver um momento de intensa produção terminológica e conceptual, a história urbana de Lisboa na primeira metade do séc. XX revela-nos que sempre existiu na cidade uma morfologia ininterrupta e mutante.

Vivemos em época de transição (MÉSZÁROS, 2008), em época de deslocalização sem movimento (BOURDIN, 2011), e do conseqüente espaço dos *fluxus* (CASTELLS, 1997) estando a cidade em contínuo processo de construção e transfiguração, e por isso concordamos com a definição de “cidade como projecto” (FERREIRA, 2004: 271) e de cidade-território que engloba imagens polarizadas (HARVEY, 2004: 209).

Hoje tal como refere o arquitecto e urbanista José Fariña Tojo “advinham-se tempos de ajustes” chamando a atenção que depois de uma tremenda “diástole urbana produzida no século passado, vê-se chegar uma sístole”, imprescindível para que o “coração do planeta continue funcionando”, alertando ainda para a necessidade de um regresso “à cidade local” (FARIÑA TOJO, 2015). Mas consideramos que o ajuste deve ter em conta que a cidade é ao mesmo tempo a *urbs*, a *civitas* e a *polis* (CAPEL SAEZ, 2003:9-22), isto é, que qualquer ajuste deve ter presente esta tríade matricial.

A modernidade da cidade é precisamente o diálogo com o passado, devendo o passado estar presente (BENDER, 2001), e é esse diálogo que entendemos estar presente na história urbana da Lisboa. A “nova Lisboa” e a “Lisboa nova” revelam um compromisso ético com o território, uma visão holística da cidade, uma integração de valores permanentes e de tendências transitórias, e finalmente revelam uma matriz conceptual.

Referências

ARQUIVO Municipal do Arco do Cego, Lisboa.

ACTAS da Câmara Municipal de Lisboa. 1945. (1946). Lisboa: CML, sessão de 16 de Agosto.

ACTAS da Câmara Municipal de Lisboa. 1947. (1948). Lisboa: CML, Sessão de 21 de Agosto.

AGACHE, Donat-Alfred (1932). *La Remodélation d'une capitale. Aménagement, Extension, Embellissement*. Paris: Société Coopérative d'Architectes.

AGACHE, Donat-Alfred (1936a). L'aménagement de la Costa do Sol (Portugal). *Urbanisme*. (Mars-Avril), pp.146-150.

AGACHE, Donat-Alfred (1936b). *Lisbonne – Urbanisation de la Région Ouest*. Paris: Mimeo.

ÁGOAS, Frederico (2013). Narrativas em perspectiva sobre a história da sociologia em Portugal. *Análise Social*, 206, XLVIII (1º), pp. 221-256.

ANAIIS do Município de Lisboa 1947. (1948). Lisboa: CML.



CIEC



UNICAMP

ARROYO, Julio (2007). Bordas e espaço público. Fronteiras internas na cidade contemporânea, *Arquitextos, Vitruvius*, São Paulo.

<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.081/269>

ASCHER, François (2004). *Les nouveaux principes de l'urbanisme*, Editions de l'Aube, Paris.

AUGÉ, Marc (1992). *Non-Lieux, introduction à une anthropologie de la surmodernité*. Paris: Le Seuil.

BENDER, Thomas (2001). *The unfinished city. New York and the Metropolitan Idea*. New York: The New Press.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (2002). A Família na Obra de Frédéric Le Play. *Dados. Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, vol. 45, nº 003, pp. 513-544.

BOURDIN, Alain (2011). *O urbanismo depois da crise*, Livros Horizonte, Lisboa.

BRAUDEL, Fernand (1979). *Civilisation matérielle, économique et capitalisme. XVe-XVIIIe siècle. V. 1. Les structures du quotidien: le possible et l'impossible*. Paris: Armand Colin.

BRUANT, Catherine (1994). Un architecte à "l'école d'énergie". Donat Alfred Agache, du voyage à l'engagement colonial, *Revue du monde musulman et de la Méditerranée*, nº 73-74, pp. 99-117.

CAMARINHAS, Catarina Teles Ferreira (2009). *L'Urbanisme de Lisbonne. Éléments de théorie urbaine appliquée*. Paris: Université Paris IV- Sorbonne.

CAMPOS, Martha (2004). *Vazios Operativos da Cidade. Territórios interurbanos na Grande Vitória*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Tese Doutorado.

CAPEL SAEZ, Horacio (ed.) (2003). *Ciudades, arquitectura y espacio urbano*. Almeria: Instituto Cajamar, p. 9-22.

CARTA, Maurizio (2007). *Creative City, Dynamics, Innovations, Action*. Barcelona: Laboratorio Internazionale Editoriale.

CASTELLS, Manuel (1997). *La sociedad red. La era de la información: economía, sociedad y cultura (Vol.1)*, Madrid: Alianza Editorial.

CERTEAU, Michel (1990). *L'invention du Quotidien*. Paris: Gallimard.

CHOAY, Françoise (1980). *La règle et le Modèle. Sur la Théorie de L'Architecture et de l'Urbanisme*. Paris: Editions Seuil.





CIEC



UNICAMP

CHOAY, Françoise (1994). El reino de lo urbano y la muerte de la ciudad, in *Visiones Urbanas: Europa 1870-1993: la ciudad del artista, la ciudad del arquitecto*, Electa-CCB, Madrid.

A CIDADE Futura: o plano do urbanista Agache para modernizar Lisboa tem a concordância do Governo. (1936). *Diário de Lisboa*. (02-07-1936).

CIDADES PERFORMÁTICAS: uma discussão sobre arte, arquitetura e espaço público (2014).

<http://www.archdaily.com.br/br/758604/transmissao-ao-vivo-do-evento-cidades-performaticas-promovido-pelo-aruturo>

CLAUDE, Viviane (2006). *Faire la ville. Les métiers de l'urbanisme au XXe siècle*. Marseille : éditions Parenthèses.

CLEMENTI, Alberto (1990). Periferie. Oltre i centro confini, in A. Clementi e F. Perego (eds.), *Eupolis. La riqualificazione delle città in Europa*. Roma: Gius, Laterza & Fipili spa, pp. 29-50.

CORBOZ, André (1983). El território como Palimpsesto, in RAMOS, A. M. (eds.) *Lo Urbano en 20 Autores Contemporaneos*. Barcelona: Ediciones UPC.

DAL CO, Francesco (1982). *Dilucidaciones. Modernidad y Arquitectura*. Barcelona: Paidós.

DE GRÖER, Étienne (1948). Previsões do Plano Director. In [*Plano Director de Lisboa*]. (inédito).

DEMATTEIS, Giuseppe (1995). *Progetto Implicito. Il contributo de la geografia umana alle scienze del território*. Milano: Franco Angeli.

DESCAMPS, Paul (1935). *Le Portugal. La vie sociale actuelle*. Paris: Firmin-Didot et C^a, Éditeurs.

FARIÑA TOJO, José (2015). Una ciudad más próxima. *El País Internacional*. (28 Junio 2015).

FERREIRA, Victor M. (2004). *Fascínio da Cidade – Memória e Projecto da Urbanidade*, ISCTE, Ler Devagar, Lisboa.

FLORIDA, Richard (2003). *The Rise of the Creative Class*. London: Routledge.

GINZBURG, Carlo (1976). *Il formaggio e i vermi. Il cosmo di un mugnaio del '500*. Turim: Einaudi.

GLAESER, Edward (2011). *El triunfo de las ciudades*. Madrid: Taurus.

GRACIA, Francisco (1992). *Construir en lo construído: la arquitectura como modificación*. Madrid: Nerea.



O GRANDE Plano de urbanização de Alvalade (1948). *Diário de Notícias* (22 Setembro 1948).

HARVEY, David (2004). *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola.

HIGUERAS, Ester (2006). *Urbanismo bioclimático*. Barcelona: Gustavo Gili.

HOPKINS, Rob (2008). *The Transition Handbook: from oil dependency to local resilience*. London: Green Book.

KALAORA, Bernard; DAVOYE, Antoine (1995). La mutation du mouvement le playsien. *Revue Française de Sociologie*. Vol. 26, n.12, pp. 257-276.

KRUCHEN, Lia (2009). *Design e Território: valorização de identidades e produtos locais*. São Paulo: EDUSP.

LEFEBVRE, Henri (1972). *La revolución urbana*. Madrid: Alianza, 1972.

MACEDO, Helder (2012). As rédeas do Reino e os muros de Marrocos. *Arquitextos. Vitruvius*, ano 13, Setembro.

MEDEIROS, Fernando da C. (1976). Capitalismo e pré-capitalismo nos campos em Portugal, no período entre as duas guerras, *Análise Social*, vol.12, 1976, nº 2, pp. 288-314.

MEDEIROS, Fernando (1987). Grupos domésticos e habitat rural no norte de Portugal – o contributo da escola de Le Play, 1908-34. *Análise Social*. Vol. XXIII, nº 95, pp. 97-116.

MÉSZÁROS, I. (2008). O desafio e o fardo do tempo histórico, *Política e Sociedade*, (13), 17-33.

MODERNIZEMOS a Capital! o arquitecto francês Agache veio a Lisboa para estudar a construção duma estrada automobilística de Lisboa a Cascais. (1933). *Diário de Lisboa*. (24 Julho 1933).

MOSTAFAVI, Mohsen; DOHERTY, Gareth (eds) (2010). *Ecological Urbanism*. Baden: Lars Muller Publishers.

NORBERG-SHULZ, Christian (1980). *Genius loci. Towards a phenomenology of architecture*. London: Academy Editions.

POINSARD, Léon (1910). *Le Portugal Inconnu*. Paris: Bureaux de la Science Sociale.

PORTAS, Nuno, DOMINGUES, Á., CABRAL, J. (eds.) (2003). *Políticas Urbanas – Tendências, estratégias e oportunidade*. Lisboa: F.C.G.

PORTAS, Nuno (2004). De una ciudad a outra: perspectivas periféricas, in, MARTÍN RAMOS; Ángel (ed.) – *Lo urbano en 20 autores contemporâneos*. Barcelona: ediciones UPC.



QUELQUES notes sur le développement de Lisbonne. (1948). Lisboa: CML.



RONCAYOLO, Marcel (1990). *La ville et ses territoires*. Paris: Gallimard.

SASSEN, Saskia (2014). *Expulsions – Brutality and Complexity in the Global Economy*. Harvard: University Press.

O SÉCULO (1948). (22 Setembro 1948).

O SÉCULO ILUSTRADO (1948). (2 Outubro 1948).

SOLÀ-MORALES, M. (1997). Territoris sense model. *Revista Papers*, região Metropolitana de Barcelona, (26).

TERÁN, Fernando de (2009). *El pasado activo: del uso interesado de la historia para el entendimiento y la construcción de la ciudad*. Madrid: Akal.

THACKARA, John (2008). *Plano B: o design e as alternativas viáveis em um mundo complexo*. São Paulo: Saraiva: Versar.

TORRÃO, Amílcar (2015). Editorial *Revista Urbana*, dossiê História Urbana – a configuração de um campo conceitual.

UM PLANO de realizações. Todos os desempregados vão ter trabalho dentro de pouco tempo, diz-nos o ministro das obras públicas. (1933). *Diário de Lisboa*. (24 Fevereiro 1933).

UNEVEN GROWTH: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities (2014). New York: MoMA.

VEGARA, Alfonso; DE LAS RIVAS, Juan Luis (eds) (2004). *Territorios Inteligentes*. Madrid: Fundación Metrópoli.

WALL, Karin (1993). Elementos sobre a sociologia da família em Portugal, *Análise Social*, vol. XXVIII (123-124), nº 4,5, pp. 999-1009.

